

INSTRUMENTOS DE TURISMO SUSTENTÁVEL PRÁTICAS AMBIENTAIS NO SECTOR HOTELEIRO DO ALGARVE

O Turismo foi considerado, durante muito tempo, uma actividade económica limpa e não poluente, a então designada “indústria sem chaminés”. No entanto, à medida que cresceram as preocupações ambientais e que se desenvolveu o conceito de sustentabilidade, foram-se evidenciando as consequências ambientais negativas do desenvolvimento turístico. O sector hoteleiro, enquanto principal componente do produto turístico, interage directamente com o ambiente e da sua actividade decorrem impactos negativos relevantes pelo que, a partir dos anos noventa, o sector começa a adoptar várias iniciativas voluntárias no sentido de melhorar o seu comportamento ambiental. De entre os instrumentos de turismo sustentável aplicados voluntariamente pelos hotéis, os mais comuns são os códigos de conduta, as boas práticas ambientais, as eco-etiquetas, os sistemas de gestão ambiental (SGAs) e os indicadores ambientais. Com este trabalho pretende-se analisar a experiência com as boas práticas ambientais nos hotéis do Algarve e assim avaliar a sua contribuição para o desenvolvimento turístico sustentável da região.

Maria Margarida Arrais Viegas – ESGHT

INTRODUÇÃO

A procura por um modelo mais sustentável de sociedade tem-se transformado, ao longo das últimas décadas, numa verdadeira vaga de fundo à escala internacional. A emergência de graves problemas socio-ambientais, na segunda metade do século passado, à escala global, fez eclodir uma intensa mobilização no sentido de encontrar um novo modelo de desenvolvimento que permitisse compatibilizar os aspectos económicos, sociais e ambientais. Esse novo

paradigma, conhecido como desenvolvimento sustentável, surge no início da década de 70 do século XX e traz consigo uma humanização do conceito de desenvolvimento, passando a incluir a preocupação com a preservação dos recursos para as gerações futuras. Esta nova perspectiva depressa se estende à actividade turística, não fosse o turismo um importante factor de desenvolvimento económico, detentor dum enorme potencial para promover melhorias sociais e ambientais e, através delas, contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades

e países receptores. Assim, a partir da popularização deste conceito nasce o de turismo sustentável, primeiro como oposição ao turismo de massas e mais tarde como objectivo desejável para todos os tipos de turismo, agora entendidos como uma actividade económica ao serviço da satisfação das necessidades ambientais e sociais indispensáveis à vida humana.

Como facilmente se intui, o conceito de sustentabilidade é um conceito complexo e constituído por diversas vertentes, sendo uma delas a vertente ambiental. Assim, um dos caminhos

possíveis pelos quais a indústria turística poderá dar o seu contributo para a construção dum desenvolvimento mais sustentável será o da aposta na qualidade ambiental do seu produto ou serviço. Sendo o Algarve a principal região turística de Portugal e o turismo o principal motor de crescimento da economia algarvia, pretende-se com este estudo averiguar como são incorporados os aspectos ambientais na gestão empresarial das unidades hoteleiras do Algarve e assim avaliar o seu contributo para um desenvolvimento turístico que se pretende cada vez mais sustentável. A pergunta de investigação subjacente pode colocar-se da seguinte forma: “Contribui o sector hoteleiro do Algarve, através das suas boas práticas ambientais, para o desenvolvimento turístico sustentável da região?”

METODOLOGIA

O actual *state-of-the-art* das metodologias de avaliação da gestão ambiental em unidades turísticas assenta essencialmente na aplicação de *checklists*, nas quais é verificada a existência, ou não, de comportamentos ou equipamentos de minimização dos impactos ambientais. Apesar da *Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo* identificar dez áreas prioritárias de acção para as empresas turísticas, a grande maioria das *checklists* desenvolvidas incide essencialmente sobre três destas áreas, sendo estas as que se relacionam com a gestão de água, energia e resíduos.

Nas práticas de gestão ambiental consideradas no presente trabalho, incluem-se as três áreas acima referidas mas consideram-se também outros critérios que se prendem com a própria estrutura organizativa, com o envolvimento dos trabalhadores e com a sensibilização aos cliente, pretendendo-se assim chegar a uma *checklist* que resulte da conciliação das áreas prioritárias identificadas na *Agenda 21* com as áreas mais frequentemente

analisadas na bibliografia consultada. A avaliação dos itens incluídos na *checklist* desenvolvida é feita através dum escala tipo-Lickert, ultrapassando-se assim a medição dicotómica, normalmente utilizada, em função da verificação ou não de determinado item ambiental. A utilização desta escala permitirá ainda a criação de uma série de indicadores, que se designaram como indicadores de desenvolvimento ambiental, que em função desta e ponderando o diferente número de itens que constituem cada uma das suas áreas, possibilitarão graduar o nível de desenvolvimento ambiental do sector. Assim, através da *checklist* e dos indicadores desenvolvidos, qualquer unidade hoteleira, em qualquer momento e sem recurso a qualquer cálculo mais complicado do que uma simples soma, poderá auto-avaliar o seu estágio de desenvolvimento em relação às várias áreas ambientais.

Design da investigação

A investigação realizada neste trabalho teve por base um design ex-post-facto, descritivo, utilizando-se como método de recolha de dados primários um inquérito por sondagem. O questionário utilizado foi elaborado especificamente para o estudo em causa e as questões nele colocadas resultaram quer da investigação bibliográfica e consulta de estudos similares¹, quer da opinião de alguns especialistas² na matéria.

Identificam-se no questionário dois blocos de questões: um primeiro relativo à caracterização da unidade hoteleira e um segundo relativo às respectivas práticas ambientais:

- A caracterização do hotel refere-se a atributos como a localização, antiguidade, número de quartos, número de colaboradores efectivos, taxa média anual de ocupação, nacionalidade dos clientes, prática de *Benchmarking*, existência de um Sistema de Gestão Ambiental e de certificação ambiental.
- Para avaliar as práticas ambientais utilizou-se, como já referido, uma

escala tipo-Lickert de 5 pontos, em que 1 traduz a inexistência dessas práticas e 5 a sua total implementação. Sendo esta questão a mais importante neste trabalho, foi avaliada a sua consistência interna através do coeficiente *Cronbach's Alpha* que apresenta o valor de 0.94, indicando uma forte consistência.

Estas práticas encontram-se categorizadas nas seguintes áreas:

- Minimização de resíduos, reutilização e reciclagem (Questão 9A);
- Conservação, eficiência e gestão de energia (Questão 9B);
- Gestão de Águas (Questão 9C);
- Substâncias e Resíduos Perigosos (Questão 9D);
- Ruídos e Vibrações (Questão 9E);
- Transportes (Questão 9F);
- Organização e Recursos Humanos (Questão 9G);
- Informação e Sensibilização aos Clientes (Questão 9H);
- Envolvimento com a comunidade local (Questão 9I).

Os questionários foram implementados através de entrevistas e via e-mail. Os dados recolhidos foram verificados individualmente e analisados através do programa informático SPSS vs.13.0.

Especificação da amostra

A população-alvo deste estudo foi definida como todos os hotéis de 2, 3, 4 e 5 estrelas do Algarve, utilizando-se como base de amostragem a listagem do *Portugal Hotel Guide*³. Foram inicialmente contactados todos os 88 hotéis da população e a administração dos questionários realizou-se de acordo com as preferências por eles manifestadas: correio, *internet* ou entrevista pessoal. Nesta primeira fase obtiveram-se 37 respostas, correspondendo a uma taxa de resposta de 42%. Numa segunda ronda, de contactos telefónicos e pessoais, conseguiram-se mais 13 respostas obtendo-se assim uma amostra final de 50 unidades, a que corresponde uma taxa de resposta de cerca de 57%.

CATEGORIAS	COMPOSIÇÃO PREVISTA (n = 88)	COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA (n = 50)
*****	15%	16%
****	46%	52%
***	26%	18%
**	13%	14%

fig 1: Composição da amostra

O método de amostragem utilizado foi não probabilístico, concretamente a amostragem por quotas, sendo estas definidas em relação à categoria das unidades hoteleiras. “A definição de quotas é um esforço deliberado para obter representatividade, seleccionando os elementos para a amostra de forma a que a proporção de indivíduos, possuindo determinada característica, seja aproximadamente igual à da população” (Kerlinger, 1986:129).

Apesar das diferenças entre os valores previstos e os obtidos poderem ser consideradas irrelevantes, note-se que a maior discrepância da amostra face ao universo ocorre nas unidades de 3*, o que resulta do facto de ser nesta categoria que se registou a maior taxa de não-resposta (61%).

Hipóteses de investigação

H1: “A maioria das unidades hoteleiras possuirá um Sistema de Gestão Ambiental e praticará *Benchmarking*” (condições que se consideram fundamentais para o cumprimento dos objectivos específicos definidos na *Agenda 21 para a Indústria de Viagens & Turismo*).

H2: “A existência de SGA e de certificação, assim como, a prática de *Benchmarking* estarão associadas à categoria do hotel” (considerando-se que será provavelmente nos hotéis de categoria superior que se encontrarão os quadros com maior nível de formação/sensibilização para estas temáticas e também que será maior o nível de exigência ambiental dos seus clientes).

H3: “Globalmente, as práticas

ambientais consideradas estarão bem implementadas⁴ no sector hoteleiro algarvio, especialmente as relativas à gestão de águas e energia” (áreas mais representativas em termos de gastos de funcionamento).

H4: “A maioria das unidades hoteleiras classificar-se-á num nível de desenvolvimento global elevado e num nível de desenvolvimento médio-elevado em todas as áreas específicas” (patamar que se considera mínimo, se de facto os objectivos da *Agenda 21 para a Indústria de Viagens & Turismo* se encontrarem maioritariamente cumpridos).

H5: “A existência de SGA estará directamente relacionada com todos os indicadores de desenvolvimento” (uma vez que só enquadradas neste Sistema é que as práticas ambientais poderão ser verdadeiramente eficazes).

APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Das várias variáveis testadas como explicativas⁵ para as diferenças entre os valores médios registados pelas diversas práticas ambientais, as únicas que apresentam valores estatística-

mente significativos são a categoria do hotel, a prática de *benchmarking* e a existência de SGA.

Os hotéis de 4 e 5 estrelas distinguem-se, pela positiva, relativamente aos hotéis de 2 e 3 estrelas, em 19 das 21 práticas ambientais que apresentam diferenças estatisticamente significativas entre eles, excepção feita à existência de painéis solares suficientes para aquecer a água e à divulgação dos acessos em transportes colectivos, aspectos em que são os hotéis de mais baixa categoria a diferenciarem-se com uma média superior. A explicação prende-se com o facto de serem estes hotéis de menor dimensão, sendo portanto mais exequível o aquecimento por painéis solares e também com o facto de serem mais concentrados em centros urbanos, o que dá mais relevância ao aspecto dos transportes colectivos.

Quanto à prática de *benchmarking*, as unidades hoteleiras diferenciam-se num menor número de aspectos ambientais (13), na sua maioria relativos a práticas de conservação, eficiência e gestão de energia, destacando-se sempre pela positiva, e como seria de esperar, os hotéis que praticam *benchmarking*, ou seja, novamente os de categoria superior pois são estes que esmagadoramente (83%) o praticam.

A variável SGA é sem dúvida a variável explicativa mais transversal a todas as práticas, sendo responsável por 43 diferenças detectadas e incidindo sobre todas as áreas ambientais consideradas no questionário. Distingue-se em relação às duas variáveis explicativas anteriores principalmente nas dimen-

INDICADOR DO NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL GLOBAL		
$437 \leq IA^{glob.} \leq 545$	Desenvolvimento elevado	4%
$328 \leq IA^{glob.} \leq 436$	Desenvolvimento médio	48%
$219 \leq IA^{glob.} \leq 327$	Desenvolvimento reduzido	42%
$109 \leq IA^{glob.} \leq 218$	Desenvolvimento nulo	6%

fig 2: Classificação dos hotéis inquiridos de acordo com o IDA^{glob.}

sões A e G, relativas respectivamente, à minimização de resíduos e à organização e recursos humanos, áreas em que, quer o *benchmarking* quer a categoria, pouco ou nada diferenciam.

Considerando as 109 práticas ambientais no seu conjunto, foi construído o que se designou como indicador global de desenvolvimento ambiental que, assumindo valores entre 109 e 545, permite classificar as unidades hoteleiras em quatro diferentes níveis de desenvolvimento (ver fig. 2).

Quanto às hipóteses inicialmente formuladas os resultados obtidos conduzem às seguintes conclusões:

H1. Refutada: a maioria das unidades hoteleiras inquiridas não possui um SGA (66%), assim como não pratica *benchmarking* (53%). Com base nestes resultados, e sem esquecer a precaução que a natureza da amostra nos exige, podemos inferir, com uma probabilidade de 95%, que a proporção de unidades hoteleiras do Algarve com SGA não alcança os 50% (situar-se-á entre os 21% e os 47%), enquanto que em relação ao *benchmarking* esse valor poderá encontrar-se entre os 33% e os 61%.

H2. Refutada para os primeiros dois casos: a existência de SGA e de certificação não está relacionada com a categoria do hotel;

Confirmada para o caso do *benchmarking*: apesar da associação ser fraca, verifica-se que são os hotéis de categoria superior (4 e 5*) que mais recorrem a esta prática.

H3. Refutada quer a nível global, onde as práticas ambientais não se podem considerar bem implementadas, apresentando uma média de 3.17, quer a nível da gestão de águas, que regista uma média de 3.09;

Confirmada em relação à gestão de energia, área ambiental que regista a melhor média (3.5).

H4. Refutada relativamente ao desenvolvimento global: apenas 4% das unidades se classificam no nível elevado;

Confirmada apenas para as áreas: "Conservação, eficiência e gestão de

energia" (80%), "Substâncias perigosas" (57%), "Ruído e vibrações" (70%), e "Transportes" (76%).

H5. Confirmada para os seguintes indicadores: global, resíduos, águas, substâncias perigosas, organização e recursos humanos, clientes e comunidade;

Refutada para os indicadores referentes a energia, ruídos e transportes.

CONCLUSÕES

A indústria turística, para além do enorme peso que detém na economia de diversos países e regiões, como é o caso de Portugal e particularmente do Algarve, envolve uma especial relação entre consumidores (turistas),

Com o objectivo de averiguar quais as práticas ambientais mais aplicadas no sector hoteleiro do Algarve e distinguir os diferentes níveis de aplicação em que estas se encontram, foi elaborado um questionário com uma checklist ambiental definida segundo os princípios da Agenda 21. No seu conjunto, esta checklist apresenta um valor médio de 3.17 (numa escala de 1 a 5) o que revela que, numa forma geral, a adopção de práticas ambientais pelo sector não é ainda uma realidade significativa.

Face a este valor médio global, podem, no entanto, distinguir-se áreas ambientais com um maior nível de implementação face a outras de aplicação ainda muito incipiente:

ÁREAS MENOS IMPLEMENTADAS	ÁREAS MAIS IMPLEMENTADAS
↓ Organização e Recursos Humanos ($X_G=2.63$)	↑ Conservação, eficiência e gestão de energia ($X_E=3.49$)
↓ Envolvimento com a comunidade local ($X_L=3.00$)	↑ Transportes ($X_T=3.45$)
↓ Informação e Sensibilização aos Clientes ($X_H=3.02$)	↑ Ruídos e Vibrações ($X_R=3.41$)
↓ Gestão de Águas ($X_C=3.09$)	↑ Substâncias Perigosas ($X_D=3.22$)
	↑ Minimização de resíduos, reutilização e reciclagem ($X_A=3.19$)

fig 3: Níveis médios de implementação das áreas ambientais

comunidades locais e ambiente, tendo portanto a possibilidade de dar um valioso contributo para um desenvolvimento mais sustentável. Para isso, uma das opções ao seu alcance é a aposta na qualidade ambiental do produto ou serviço turístico. E esta é uma aposta em que o sector hoteleiro tem um papel preponderante já que da sua actividade decorrem impactos negativos importantes para a envolvente natural em que se insere e da qual, em última análise, depende. Neste contexto é imprescindível que se considerem, na gestão das empresas hoteleiras, uma série de práticas ambientais que permitam controlar e minimizar esses impactos.

Ao avaliar as práticas ambientais que se situam acima da média é perceptível que estas estão directamente relacionadas com questões de carácter legal (ex.: HACCP), enquanto que todas as temáticas ambientais relacionadas directamente com a questão social se revelam as menos implementadas, talvez por não serem alvo de legislação específica e dependerem apenas das directrizes primárias que sejam incutidas na gestão e funcionamento das unidades hoteleiras. De realçar ainda o facto da "Gestão de Águas" ser uma área ainda pouco cuidada, o que não deixa de ser surpreendente sabendo-se que a água representa, tal como a energia, um dos gastos de

funcionamento principais num hotel, podendo chegar a representar 15% dos gastos correntes. Para além disso seria de esperar que, num quadro climático de aquecimento global, a gestão de águas fosse um dos principais alvos das medidas ambientais.

É notório que as unidades que mais estão despertas para as práticas ambientais são hotéis de categoria superior (4 e 5 estrelas), quer pelo facto da esperada qualidade dos seus serviços, quer pela crescente exigência dos seus clientes. Acresce ainda que, no caso da amostra inquirida, os hotéis desta categoria se situam maioritariamente no barlavento, zona que regista como principal mercado o alemão, que se sabe particularmente exigente no que concerne às questões ambientais. A localização destas unidades (88% na orla costeira), exercerá também uma forte influência na adopção destas práticas, uma vez que a legislação é mais exigente com estabelecimentos localizados na faixa litoral. Por esta mesma ordem de razões não será surpreendente que sejam precisamente os hotéis desta categoria que mais apostam na implementação de Sistemas de Gestão Ambiental (das 17 unidades inquiridas que os possuem, 13 são de categoria superior) e na respectiva certificação (dos 12 hotéis certificados, 9 são também desta categoria). Apesar de não ter sido detectada relação estatisticamente significativa entre estas duas variáveis (SGA e Certificação) e a categoria do hotel, esta última revelou-se associada com o nível de desenvolvimento global, não sendo de estranhar que sejam os hotéis de categoria superior os que melhor se classificam face a este indicador: das 26 unidades classificadas no nível médio-elevado, 73% são de 4 e 5*.

Por sua vez, o nível de desenvolvimento global registou uma associação considerável com as variáveis SGA e Certificação, verificando-se que de entre os 26 hotéis de nível médio-elevado, 15 possuem um SGA e 11 são certificados, enquanto que nos 24

hotéis de desenvolvimento reduzido ou nulo, existem apenas 2 com SGA e um único certificado.

Relativamente aos indicadores de desenvolvimento específicos, na sua grande maioria, manifestam valores de associação mais fortes na sua relação com a existência de SGA. É o caso dos relativos às áreas: “G - Organização e recursos humanos”, “C - Gestão de águas”, “I - Envolvimento com a comunidade local”, e “H - Informação e sensibilização aos clientes”; ou seja, áreas que se revelaram as menos implementadas nos hotéis inquiridos. Parece assim claro que a melhoria do desempenho ambiental do sector hoteleiro, ao nível destas áreas e conseqüentemente a nível global, passará pela adopção de Sistemas de Gestão Ambiental.

Analogamente, as áreas ambientais onde as unidades inquiridas demonstram melhores resultados, são aquelas cujos indicadores de desenvolvimento não manifestam qualquer relação, estatisticamente significativa, com a existência de SGA. O facto destas áreas serem as melhores classificadas, independentemente de existir ou não um sistema implementado, pode eventualmente prender-se com a ordem de razões a seguir expostas:

“B - Conservação, eficiência e gestão de energia”, é a área ambiental que se revelou mais implementada, talvez por ser aquela que pode proporcionar uma redução de custos mais imediata e visível, o que também explicaria o facto do seu indicador de desenvolvimento apresentar a única relação detectada com a prática de benchmarking (0.44), indicando, por parte dos hoteleiros e independentemente da existência de um SGA, uma preocupação com as práticas de gestão energética;

“F - Transportes” não apresenta relação com a variável SGA, nem com qualquer outra, talvez pelo facto de quase todas as práticas aqui incluídas se puderem considerar de pequena gestão e simples aplicação e portanto

independentes da existência de um SGA;

“E - Ruídos e vibrações” estabelece unicamente relação com a categoria do hotel, o que se poderá explicar pelo facto de grande parte das práticas incluídas nesta área se relacionarem mais fortemente com opções do âmbito da construção física do edifício, que provavelmente serão mais orçamentadas no caso dos investimentos em hotéis de categoria superior.

Obviamente, isto não significa que a existência dum SGA não contribua para uma melhor gestão destas últimas áreas que, de facto, apesar de serem as melhores classificadas na nossa amostra, estão longe de se posicionar maioritariamente em níveis de desenvolvimento elevados.

Fora da tipologia acima descrita encontram-se as áreas “A - Minimização de resíduos, reutilização e reciclagem” e “D - Substâncias e Resíduos perigosos”. Estas áreas podem incluir-se ainda no grupo das que apresentam melhores resultados e simultaneamente os seus níveis de desenvolvimento apresentam associações consideráveis com a existência de Sistemas de Gestão Ambiental, aparentando assim que os sistemas implementados estarão a contribuir para um melhor nível de desenvolvimento especialmente no que concerne à gestão dos resíduos e das substâncias perigosas.

Sabendo que um sistema de gestão ambiental é um sistema global que atravessa transversalmente todas as áreas ambientais estudadas, este resultado não poderá deixar de causar alguma estranheza e de levantar a seguinte questão: saberão os nossos inquiridos – e recordemos que em apenas 10% dos casos foram os responsáveis ambientais a responder ao inquérito - o que é um Sistema de Gestão Ambiental ou será que o resumo da gestão de resíduos e substâncias perigosas? Ou, terão declarado possuir Sistemas de Gestão Ambiental quando estes se encontram ainda, e apenas, em fase de implementação?

No caso desta segunda possibilidade, estamos perante uma limitação deste estudo, que será a má formulação desta questão que, em vez de considerar apenas como possibilidades de resposta o “sim” (tem SGA implementado), e o “não” (não tem SGA implementado), deveria contemplar ainda a alternativa “SGA em fase de implementação”.

Por sua vez, a primeira questão sugere uma futura possibilidade de investigação no sentido de averiguar como percebem os empresários hoteleiros os Sistemas de Gestão Ambiental, o que se poderia incluir, sugere-se, num estudo sobre a percepção de turismo sustentável por parte destes empresários.

Dos resultados expostos será consensual que a situação ambiental do sector hoteleiro estudado está ainda muito longe do ideal e que a resposta à questão de investigação, inicialmente colocada, terá de ser negativa: a esmagadora maioria das práticas ambientais consideradas estão ainda deficitariamente implementadas; o recurso a técnicas que podem contribuir para um

melhor desempenho ambiental, como é o caso do benchmarking, é ainda reduzido e essencialmente vocacionado para as medidas de redução energética; as unidades hoteleiras com Sistemas de Gestão Ambiental são claramente minoritários e os seus efeitos positivos mais visíveis concentram-se na gestão de resíduos e substâncias perigosas e quanto à certificação, esta é apenas o apanágio de meia dúzia de visionários.

Quanto ao nível de desenvolvimento ambiental global manifestado pelas unidades hoteleiras inquiridas, a classificação obtida não sendo dramática, também não será brilhante: os hotéis inquiridos repartem-se quase igualmente entre o nível reduzido (42%) e médio (48%), com apenas 4% classificados no nível elevado. Este resultado que de uma perspectiva meramente aritmética se pode considerar mediano, num contexto de sustentabilidade e tendo em vista os objectivos da Agenda 21, é manifestamente pobre, indicando que o sector tem de apostar mais, e melhor, na implementação de acções

ambientais que lhe permitam contribuir de forma mais significativa para a sustentabilidade turística da região.

.....

1 Destaque-se o estudo realizado, na província de Huelva, por Vargas, A.; Vaca, M.; García, E. (2003).

2 Nomeadamente o Dr. Henrique Rodrigues, professor universitário e director hoteleiro e o Dr. Nuno Correia, responsável ambiental do hotel Vila Vita Park.

3 Disponível no site www.maisturismo.pt/cgi-bin/phgquery.pl > 18 Janeiro 2004.

4 Consideram-se práticas bem implementadas as que registam valores médios iguais ou superiores a 3.5 (escala de 1 a 5).

5 Testes t para amostras independentes com nível de significância de 5%

6 Pearson's $\leq 2 = 4.59$, $p = 0.032$.

7 Com os valores, respectivamente: $\text{Crámer} = .56/.55/.50/.42/.76/.45/.46$; $p = .002/.002/.002/.032/.000/.018/.006$

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21. (1992). rpd. <http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/index.htm> > 28 Novembro 05.

AGENDA 21 para a Indústria de Viagens e Turismo. (1996). rpd. www.world-tourism.org/sustainable/publications.htm#a21 > 9 Dezembro 05.

ALMEIDA, F. (2002). *O bom negócio da sustentabilidade*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro.

ÁLVAREZ, M.; de BURGUS, J.; CÉSPEDES, J. (2001). «Un análisis exploratorio de las estrategias medioambientales y el contexto organizativo de los hoteles españoles». *Cuadernos de Economía y Dirección de la Empresa*, nº8 (Enero-Abril), pp. 5-32.

ARAGÓN, J. (1998). *Empresa y medio ambiente: gestión estratégica de las oportunidades medioambientales*. Editorial Comares, Granada.

CHAVARRÍA, C.; GRÁVALOS, M.; MONTAÑO, A.; PORRAS, N. (2003). *Turismo y Medio Ambiente Análisis de prácticas y deficiencias formativas en la provincia de Huelva*. Fundación Biodiversidad, Huelva.

ENZ, C.; SIGUAW, J. (1999). «Best Hotel Environmental Practices». *Hotel and Restaurant Administration Quarterly*. October, pp.72-77.

- FRAGA, M. (2003). *Turismo e Desenvolvimento Sustentável: referências e reflexões*. Disponível em http://200.189.169.141/site/br/dados_fatos/conteudo/ver.php?in_secao=311&idConteudo=31
- FULLANA, P.; AYUSO, S. (2002). *Turismo Sostenible*. Rubes, Barcelona.
- GONÇALVES, D.(2005). «Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração», *Espaço Académico*, nº51, Agosto 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/051/51goncalves.htm> > 4 Dezembro 05.
- GUIA Prático de Boas Práticas: gerenciando questões ambientais e sociais no sector de hospedagem*.(1996).rpd.
http://www.toinitiative.org/supply_chain/HotelGuidePortuguese.pdf > 10 Janeiro 06.
- IHEI (1994). *Environmental Management for Hotels – The Industry guide to best practice*. Butterworth-Heinemann, Oxford.
- IRVING, M. (2002). *Turismo: O Desafio da Sustentabilidade*. Futura, S. Paulo
- KRAEMER, M. *Gestão Ambiental: um enfoque no desenvolvimento sustentável*. Disponível em http://www.gestaoambiental/recebidos/maria_kraemer_pdf/pdf.php
- LIMA, S.; Partidário, R. (2002). *Novos Turistas e a Procura de Sustentabilidade*. GEPE. Lisboa.
- PARTIDÁRIO, M.R. (1995). «Ambiente e Turismo». *Economia e Prospectiva*, 4, Fevereiro: pp.79-88.
- PARTIDÁRIO, M.R. (1999). *Critérios para um turismo ambientalmente responsável*. FCT-UNL – Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente, Lisboa.
- PARTIDÁRIO, M.; Lima, S. (2002). *Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo em direcção a um desenvolvimento ambientalmente sustentável*. Gabinete de Estudo e Prospectiva Económica do Ministério da Economia, Lisboa.
- VARGAS, A.; Vaca, M.; García, E. (2003). *Guía de Buenas Prácticas Ambientales. Sector Turismo*. Fundación Biodiversidad Ed., Huelva.